



# Câmara Municipal da Estância de Lindóia

## RESOLUÇÃO Nº 06 DE 16 DE SETEMBRO DE 2.009

*"Institui o Código de Ética e Disciplina da Câmara Municipal de Lindóia e estabelece outras providências"*

O Presidente da Câmara Municipal de Lindóia, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

### CAPÍTULO I DOS DEVERES DO VEREADOR

Art. 1º No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno desta Casa e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

Art. 2º São deveres do Vereador, além daqueles previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Lindóia:

- I - promover a ampla defesa dos interesses populares e locais;
- II - zelar pelo cumprimento e progressivo aprimoramento da legislação municipal, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;
- IV - apresentar-se à Câmara durante as sessões legislativas ordinárias ou extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões das Comissões de que for membro;
- V - honrar o juramento prestado por ocasião da sua posse;
- VI - observar os preceitos do Regimento Interno da Câmara Municipal e deste Código de Ética;
- VII - defender a integralidade do patrimônio público municipal;
- VIII - utilizar da publicidade, mediante utilização dos recursos públicos, para auxílio de suas atividades legislativas, nos estritos limites informativos, educacionais e de orientação social.



# **Câmara Municipal da Estância de Lindóia**

## **CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES ÉTICAS E OFENSIVAS AO DECORO PARLAMENTAR**

Art. 3º Constituem faltas contra a ética parlamentar de todo o Vereador, no seu exercício de mandato:

I - comportar-se dentro ou fora da Câmara, por atos ou palavras, de forma atentatória à dignidade e às responsabilidades da função pública e atuar de forma nociva à imagem do Poder Legislativo em sua atividade política e social;

II – ofender aos princípios da Administração Pública nos termos da Lei Orgânica do Município;

III – desrespeitar a dignidade de qualquer cidadão bem como a manifestação de vontade do povo lindoiano;

IV – usar indevidamente de sua condição de vereador para obter vantagens pecuniárias e de qualquer espécie ou para usufruir de tratamento privilegiado por parte dos agentes públicos;

V – incidir nos impedimentos relacionados nos incisos I e II do artigo 13 da Lei Orgânica do Município;

VI – abusar do poder econômico ou do poder de autoridade, utilizando-se indevidamente dos meios de comunicação social, em benefício próprio, a qualquer tempo e particularmente durante o processo eleitoral;

VII – desrespeitar os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, bem como os princípios e diretrizes fixados na Lei Orgânica do Município;

VIII – atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em sua decorrência;

IX – utilizar a infra-estrutura, os recursos, os funcionários ou os serviços administrativos de qualquer natureza da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio ou outros fins privados, inclusive eleitorais;

X – submeter as suas tomadas de posições ou seu voto, nas decisões tomadas pela Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão; e

XI – induzir a Administração Pública ou a Administração da Câmara, à contratação para cargos não concursados de pessoal sem qualificação profissional adequada, ou com fins eleitorais, utilizando-se do seu prestígio;

**Rua Tenente Cel. José Roque de Moraes, 66 - Centro - Cep 13.950-000 - Lindóia - SP**

**TELEFAX: (19) 3898-1125 - E-mail: camaralindoia@terra.com.br**



## Câmara Municipal da Estância de Lindóia

XII - perturbar as ordens das sessões ou das reuniões.

Art. 4º Constituem faltas contra o decoro parlamentar, de todo o Vereador no exercício do seu mandato, ou por interposta pessoa:

I – abusar das prerrogativas inerentes ao mandato;

II – perceber vantagens indevidas;

III – praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

IV – deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício do seu mandato;

V – prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos às informações de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara;

VI – deixar de comunicar e denunciar todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, de que vier a tomar conhecimento;

VII – divulgar, no exercício do mandato, informações que sabe serem falsas, não comprováveis ou distorcidas;

VIII – utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações que estiver obrigado a prestar, particularmente na declaração de bens ou rendas quando da investidura parlamentar e do término da legislatura;

IX – praticar ofensas físicas ou morais no âmbito da Câmara Municipal ou desacatar parlamentares ou servidores da Câmara Municipal;

X – usar de expressões ofensivas, discriminatórias, preconceituosas ou de baixo calão contra membros do Poder Legislativo;

XI – atribuir dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge, companheiro ou companheira, ou parente de um ou de outro até o terceiro grau, bem como à pessoa jurídica por qualquer deles direta ou indiretamente controlada, ou, ainda, que apliquem os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades;

XII – outros casos não especificados em que restar caracterizado comportamento inadequado do parlamentar no exercício de suas funções políticas.



# **Câmara Municipal da Estância de Lindóia**

## **CAPÍTULO III DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**

Art. 5º A infração a quaisquer dos incisos do artigo 3º desta Resolução implicará a aplicação das seguintes medidas disciplinares, em ordem crescente de gravidade:

I – advertência pública oral;

II – advertência pública escrita, com notificação ao Presidente do Partido Político a que pertencer o Vereador advertido;

III - desconto pecuniário equivalente à metade do valor mensal do subsídio;

IV - suspensão temporária do mandato, com a destituição dos cargos parlamentares e administrativos que o Vereador advertido ocupe na Mesa ou nas Comissões da Câmara;

V – perda do mandato.

§ 1º As medidas disciplinares serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração cometida.

§ 2º Ao Vereador reincidente será aplicada a medida disciplinar imediatamente mais grave à anteriormente aplicada.

§ 3º A medida disciplinar relativa ao desconto pecuniário equivalente à metade do valor mensal do subsídio será descontado diretamente da folha de pagamento do subsídio após a aplicação da mesma.

Art. 6º As medidas disciplinares previstas no artigo anterior serão aplicadas por deliberação do Plenário, aceitando parecer consultivo da Comissão de Investigação e Processante, respeitado o quórum da maioria simples dos membros da Câmara Municipal de Lindóia.

Art. 7º A aplicação de penalidades em decorrência da violação a qualquer dispositivo desta Resolução não exime o infrator da responsabilização por infrações a dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal, da Lei Orgânica do Município e de outras legislações.

Art. 8º A medida disciplinar de suspensão temporária do mandato não poderá superar o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 9º As infrações que importarem falta contra o decoro parlamentar poderão ensejar a cassação do mandato parlamentar, observado o procedimento estabelecido no Decreto-Lei nº 201/67 e no artigo 24 desta Resolução.



# Câmara Municipal da Estância de Lindóia

## CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE FALTA CONTRA A ÉTICA PARLAMENTAR

Art. 10. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá representar perante a Câmara Municipal, pelo descumprimento por vereador, ou por seu preposto, das normas contidas no artigo 3º do presente Código de Ética.

Parágrafo único. Não serão recebidas nem processadas denúncias anônimas ou que não venham instruídas com documentação relacionada com os fatos apontados pelo denunciante.

Art. 11. Recebida a representação, o Presidente da Câmara determinará a leitura da mesma na sessão ordinária subsequente, encaminhando-a, em seguida, à Comissão de Investigação e Processante que a processará.

Art. 12. A Comissão de Investigação e Processante designará relator para a matéria, e este terá um prazo de 15(quinze) dias para exarar e submeter seu relatório à apreciação da Comissão sobre a admissibilidade da representação, ouvido previamente o denunciado.

Art. 13. Admitida a representação pelo voto favorável da maioria simples dos membros da Comissão de Investigação e Processante, a Comissão de Investigação e Processante entrará a fase de coleta de provas, instruindo o processo para apuração dos fatos e averiguação das responsabilidades do denunciado, assegurando-se-lhe o direito do contraditório e à ampla defesa.

Art. 14. O Presidente da Comissão de Investigação e Processante cientificará o Vereador implicado da denúncia, mediante memorando, juntando cópia da representação, concedendo-lhe o prazo de 15(quinze) dias para a apresentação de defesa escrita e provas, podendo, se quiser, constituir advogado que atuará em todas as fases do processo.

Art. 15. Esgotado o prazo sem oferecimento de defesa, o Presidente da Comissão de Investigação e Processante designará defensor dativo, reabrindo-lhe o prazo para apresentação de defesa.

Parágrafo único. O defensor dativo deverá ser preferencialmente escolhido dentre os respectivos Vereadores que integram a base política a que pertencer o Vereador denunciado.

Art. 16. Apresentada a defesa, a Comissão de Investigação e Processante procederá à instrução do procedimento, deferindo-se a realização das diligências e investigações necessárias.

Art. 17. Terminada a fase de produção de provas, a Comissão de Investigação e Processante proferirá seu parecer, no prazo de 10(dez) dias, concluindo sobre a procedência ou improcedência da denúncia, propondo, se for o caso, a sanção cabível.



## **Câmara Municipal da Estância de Lindóia**

Art. 18. Recebido o parecer da Comissão de Investigação e Processante, o Presidente da Câmara o incluirá, de imediato, na Ordem do Dia e o Plenário deverá deliberar prioritariamente sobre a matéria, observado o disposto no artigo 6º desta Resolução.

§ 1º O denunciante ou denunciante, se Vereador (es), são impedidos de votar sobre o parecer, devendo ser convocado o respectivo suplente, ou suplentes, para exercer o direito do voto, para os efeitos de "quorum".

§ 2º Para discutir o parecer, respectivamente, da Comissão de Investigação e Processante, cada Vereador terá o prazo de 15 (quinze) minutos, exceto o relator e o acusado, ou os acusados, que poderão falar, cada um dos quais, durante 60 (sessenta) minutos, sendo vedada a cessão e prorrogação de tempo.

§ 3º Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator do parecer e o acusado ou os acusados.

Art. 19. Sendo aprovada a aplicação de medida disciplinar, deverá ser redigido o competente Ato a ser firmado pela Mesa da Câmara, na forma do artigo 23, I, da Lei Orgânica do Município.

Art. 20. A Comissão de Investigação e Processante receberá apoio técnico, jurídico e administrativo da Câmara Municipal.

Art. 21. Para a finalidade deste Capítulo, a Comissão de Investigação e Processante será constituída na forma dos artigos 37, 46 a 48 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lindóia, dela não podendo participar o Vereador que tiver recebido medida disciplinar ou qualquer outra sanção durante o curso da legislatura.

Art. 22. Os membros da Comissão de Investigação e Processante estarão sujeitos, sob pena de desligamento, a observar o sigilo, a discricção e o comedimento indispensáveis ao exercício de suas funções.

Art. 23. O membro da Comissão de Investigação e Processante, que atuar no procedimento previsto neste Capítulo, será automaticamente desligado da Comissão se não comparecer, sem justificativa, a 3(três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6(seis) reuniões durante a sessão legislativa.

### **CAPÍTULO V DO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE FALTA CONTRA O DECORO PARLAMENTAR**

Art. 24. O procedimento para apuração de falta contra o decoro parlamentar obedecerá ao seguinte rito:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de

Rua Tenente Cel. José Roque de Moraes, 66 - Centro - Cep 13.950-000 - Lindóia - SP

TELEFAX: (19) 3898-1125 - E-mail: camaralindoia@terra.com.br



## **Câmara Municipal da Estância de Lindóia**

voltar sobre a denúncia e de integrar a Comissão de Investigação e Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão de Investigação e Processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto de 2/3 dos Vereadores, na mesma sessão será constituída a Comissão de Investigação e Processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão de Investigação e Processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas, para produzir sua defesa oral.

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto aberto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Vereador. Se o resultado da votação for absolutório, o

